

Dívida pública aumentou R\$ 24,4 bi

Débito em janeiro somou R\$ 685 bi, ou 55% do PIB, maior nível desde 91

Enio Vieira

• **BRASÍLIA.** A dívida líquida do setor público aumentou R\$ 24,4 bilhões no mês passado e atingiu R\$ 685,3 bilhões. O crescimento da dívida foi provocado principalmente pela desvalorização do real, que teve um efeito de R\$ 13,5 bilhões, e pelo pagamento de R\$ 8 bilhões do Tesouro Nacional ao fundo de pensão da Petrobras. O aumento fez com que o total da dívida no primeiro mês do ano correspondesse a 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior nível desde 1991. Em dezembro de 2001, a relação dívida PIB estava em 53,4%.

Para compensar uma parte do aumento da dívida, o setor público consolidado (União, INSS, estados e municípios) registrou em janeiro um su-

perávit primário de R\$ 5,5 bilhões, praticamente repetindo o resultado de R\$ 5,6 bilhões de janeiro de 2001.

O resultado primário, que não considera os gastos com juros da dívida, é o principal indicador do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinado no ano passado. A meta prometida ao FMI é um superávit de R\$ 34,1 bilhões de janeiro a setembro deste ano, mas o governo anunciou que pretende alcançar R\$ 45,8 bilhões até o fim do ano. Analistas de mercado e do Banco Central avaliaram que a elevação da dívida em janeiro não é preocupante se o governo conseguir mantê-la estável a médio e longo prazos com os superávits primários. Os R\$ 5,5 bilhões de janeiro, porém, foram

insuficientes para o pagamento de R\$ 8,1 bilhões em juros.

— Com uma desvalorização do real menor e o crescimento maior da economia, a dívida líquida pode ficar em 54% no fim deste ano — disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Analista não vê problema fiscal este ano

Já a dívida bruta que não considera os ativos do governo caminha para R\$ 1 trilhão. Em janeiro, ela atingiu R\$ 905,685 bilhões (73% do PIB). Segundo Altamir, a dívida bruta crescerá muito este ano por uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O BC deixará de emitir títulos públicos, as NBC-E, que não entram no cálculo do endividamento bruto e serão trocadas por papéis do Tesouro

(NTN-D). O analista do BBY Banco Fernando Barbosa disse que os números sobem muito pela prática do governo de contabilizar na dívida a variação do câmbio, que hoje incide sobre R\$ 186,7 bilhões em títulos cambiais e R\$ 190,9 bilhões da dívida externa.

— É possível que o resultado de fevereiro venha melhor porque o câmbio está até se valorizando — disse Barbosa, que não vê problemas na área fiscal em 2002.

O superávit primário poderia ter sido maior no mês passado, uma vez que o governo central obteve R\$ 7,1 bilhões em janeiro. A Receita Federal arrecadou R\$ 1,8 bilhão em impostos atrasados dos fundos de pensão. O desempenho primário menor se deveu ao déficit de R\$ 2,5 bilhões das estatais. ■